



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

RAQUEL SILVA VAZ SANTOS

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR COM ABORDAGEM ANTIRRACISTA:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MARTINHO SALLES BRASIL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

RAQUEL SILVA VAZ SANTOS

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR COM ABORDAGEM ANTIRRACISTA:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MARTINHO SALLES BRASIL**

Projeto de TCC apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Humanidades,
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira. UNILAB – Campus
dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jusciney Carvalho
Santana.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

RAQUEL SILVA VAZ SANTOS

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR COM ABORDAGEM ANTIRRACISTA:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MARTINHO SALLES BRASIL**

Projeto de TCC apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Humanidades,
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira. UNILAB – Campus
dos Malês.

Aprovada em: 05/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jusciney Carvalho Santana (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	5
3	QUESTÕES DE PESQUISA	6
4	OBJETIVOS	6
4.1	GERAL	6
4.2	ESPECÍFICOS	6
5	REFERENCIAL TEÓRICO	7
5.1	EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA: PAULO FREIRE E A PRÁTICA DIALÓGICA	7
5.2	EDUCAÇÃO E RAÇA NO BRASIL: MUNANGA, SUELI CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ	8
5.3	MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: LDB, BNCC E LEI 10.639/03	8
5.4	ANTIRRACISMO COMO PRINCÍPIO DO PPP: JUSCINEY CARVALHO SANTANA (2023)	9
5.5	PEDAGOGIAS DE RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO DO SUJEITO NEGRO: HOOKS, FANON E PETRONILHA SILVA	9
6	METODOLOGIA	10
6.1	TIPO DE PESQUISA	10
6.2	PROCEDIMENTOS	10
7	INSTRUMENTOS	11
7.1	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	11
7.2	ROTEIRO DE ENTREVISTAS	12
7.2.1	Roteiro de entrevista - Gestores	12
7.2.2	Roteiro de entrevista - Professores	12
7.2.3	Roteiro de entrevista - Estudantes	13
7.3	LINKS PARA ACESSO AO ROTEIRO DA ENTREVISTA E AO TERMO DE CONSENTIMENTO	13
8	CRONOGRAMA	14
9	RESULTADOS ESPERADOS	14
	REFERÊNCIAS	15

1 INTRODUÇÃO

O município de São Francisco do Conde é majoritariamente negro, contexto que evidência tanto a potência cultural da população local quanto os desafios históricos relacionados ao racismo estrutural. Apesar da existência de políticas públicas voltadas à inclusão, diversidade e promoção da igualdade racial, práticas escolares ainda revelam desigualdades, silenciamentos e limitações na efetivação de uma educação antirracista.

2 JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Martinho Salles Brasil está situada em um município de maioria negra, o que reforça a necessidade de que suas práticas pedagógicas dialoguem com a realidade racial da comunidade. Apesar de existir um conjunto de políticas públicas voltadas à diversidade, como a LDB, a Lei 10.639/2003 e a BNCC, ainda se observam desafios na efetivação de uma educação antirracista no cotidiano escolar, como silenciamentos, práticas eurocentradas e ações pouco sistemáticas.

A UNILAB, enquanto instituição comprometida com uma formação afrocentrada e antirracista, incentiva pesquisas que articulem teoria e prática no campo da educação. Investigar uma escola pública em seu contexto real permite compreender como políticas de inclusão são operacionalizadas e quais lacunas persistem na promoção da equidade racial.

Este estudo é relevante porque oferece à comunidade escolar da Martinho Sales Brasil um diagnóstico sobre suas ações inclusivas e suas práticas pedagógicas, além de apontar possibilidades de fortalecimento da abordagem antirracista. Ao mesmo tempo, contribui para a produção acadêmica que busca compreender os desafios da implementação das políticas de igualdade racial na escola pública.

Diante disso, emerge o seguinte problema de pesquisa:

Como as políticas de inclusão implementadas na Escola Estadual Martinho Sales Brasil articulam-se com uma abordagem antirracista?

3 QUESTÕES DE PESQUISA

- Quais são as políticas e práticas de inclusão formalmente adotadas pela escola, e como elas dialogam com a realidade racial da comunidade escolar?
- Que lacunas, desafios e barreiras são identificados para a implementação de práticas de inclusão e educação antirracista?
- De que maneira (se o fazem) essas políticas consideram a dimensão racial e lutam contra práticas discriminatórias?
- Como gestores, docentes e estudantes percebem a eficácia dessas políticas em relação à promoção da igualdade racial?
- Como o PPP e os documentos institucionais expressam (ou não) um compromisso com a educação antirracista?
- Qual é o papel da Secretaria Municipal de Educação e a Gestão Municipal, na promoção, apoio ou fortalecimento de iniciativas antirracistas na escola?

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar como as políticas de inclusão implementadas na Escola Estadual Martinho Sales Brasil articulam-se com uma abordagem antirracista, identificando avanços, lacunas e possibilidades de intervenção pedagógicas.

4.2 ESPECÍFICOS

- Identificar o PPP e demais documentos institucionais que integram princípios de diversidade, inclusão e educação antirracista.
- Mapear as ações pedagógicas e projetos desenvolvidos pela escola voltados à valorização da história e cultura afro-brasileira.
- Ouvir gestores, professores e estudantes para compreender percepções, práticas e desafios no enfrentamento ao racismo no cotidiano escolar.

- Avaliar se as políticas de inclusão da escola dialogam com a realidade racial da comunidade onde está inserida.
- Analisar dificuldades, tensões e barreiras percebidas pela equipe escolar na implementação de ações antirracistas.
- Propor recomendações formativas e institucionais que fortaleçam uma abordagem antirracista na escola, baseada nos achados da pesquisa.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico fundamenta-se em uma abordagem que compreende a educação como prática social, política e histórica, atravessada por relações de poder e marcada pelo legado do racismo estrutural no Brasil. Para compreender as políticas de inclusão e sua articulação com o antirracismo na Escola Estadual Martinho Salles Brasil, torna-se necessário dialogar com estudos críticos da educação, teorias sobre raça e identidade, marcos normativos das políticas públicas e autores que analisam as práticas escolares a partir de uma perspectiva afrocentrada e de direitos humanos.

5.1 EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA: PAULO FREIRE E A PRÁTICA DIALÓGICA

Paulo Freire (1996) constitui um dos pilares da pedagogia crítica latino-americana. Para o autor, educar é um ato político, e toda prática educativa deve ser orientada para a humanização e libertação dos sujeitos. A pedagogia freireana defende o diálogo, a escuta e o reconhecimento das experiências dos educandos como ponto de partida para construir práticas emancipadoras.

No contexto de uma escola que busca implementar políticas de inclusão e antirracismo, a pedagogia problematizadora freireana é especialmente relevante, pois rompe com a lógica bancária e promove uma educação que reconhece as identidades, histórias e culturas silenciadas pela colonialidade. O diálogo freireano também serve como base para discutir raça, desigualdades e discriminação no espaço escolar, permitindo que os estudantes nomeiem suas vivências e compreendam como o racismo estrutura a sociedade.

5.2 EDUCAÇÃO E RAÇA NO BRASIL: MUNANGA, SUELI CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ

A compreensão das relações raciais na escola requer o diálogo com autores/as que enfrentaram diretamente o mito da democracia racial. Kabengele Munanga (2003) afirma que o racismo brasileiro é sofisticado, institucional e silencioso, produzindo desigualdades profundas. Para ele, a escola precisa romper com a naturalização dessas desigualdades e assumir o antirracismo como princípio pedagógico.

Sueli Carneiro (2005) contribui ao mostrar como o racismo opera tanto no nível estrutural quanto subjetivo, impactando a autoestima, pertencimento e trajetória educacional de estudantes negros. Carneiro enfatiza que políticas educacionais sem enfrentamento ao racismo terminam reproduzindo exclusões históricas.

Lélia Gonzalez (1988), por sua vez, introduz os conceitos de amefricanidade e de identidade racial como eixo da experiência negra nas Américas. Para a autora, a educação só cumpre seu papel social quando reconhece as contribuições culturais, linguísticas e históricas dos povos negros. Ponto fundamental para currículos realmente inclusivos.

Essas autoras e autores compõem a base teórica para analisar como a escola trabalha (ou não) a dimensão racial em suas políticas e práticas.

5.3 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: LDB, BNCC E LEI 10.639/03

As políticas públicas educacionais brasileiras encontram na legislação sua base normativa para inclusão e equidade. A LDB nº 9.394/1996 estabelece, em seus princípios, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e à diversidade e a promoção humanística.

A BNCC (2017), ao apresentar competências socioemocionais e culturais, reforça a necessidade de reconhecer a pluralidade étnica e de promover práticas que combatam discriminações. A competência geral destaca explicitamente a responsabilidade ética e o exercício da empatia, aspectos essenciais para a educação antirracista.

Já a Lei nº 10.639/2003 representa um marco histórico de luta do movimento negro, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Essa legislação cria obrigações curriculares concretas, rompendo com a tradição eurocêntrica e estimulando práticas que valorizem a identidade negra e combatam o racismo.

Apesar desses avanços, autores como Nilma Lino Gomes (2017) apontam que a efetivação da Lei 10.639 ainda encontra resistência e falta de formação docente, resultando em práticas fragmentadas ou eventuais.

5.4 ANTIRRACISMO COMO PRINCÍPIO DO PPP: JUSCINEY CARVALHO SANTANA (2023)

O capítulo “A educação antirracista como princípio norteador do Projeto Político-Pedagógico”, escrito por Jusciney Carvalho Santana e presente no livro *Etnicidade e Direitos Humanos: diferentes leituras* (2023), é central para este estudo.

Santana (2023) demonstra que o PPP é um instrumento político, ético e formativo que deve reconhecer as desigualdades raciais e propor ações concretas de enfrentamento ao racismo. A autora alerta que um PPP que menciona a diversidade, mas não operacionaliza práticas antirracistas, limita-se a discursos simbólicos.

Segundo a autora, a educação antirracista exige:

- Ações contínuas e planejadas,
- Formação permanente para docentes,
- Articulação entre currículo, gestão e comunidade,
- Revisão crítica das práticas pedagógicas,
- E monitoramento sistemático das ações.

Santana afirma que o PPP não pode ser documento meramente descritivo; ele deve assumir o compromisso político com os direitos humanos e com práticas pedagógicas que reconheçam a humanidade e o protagonismo dos sujeitos negros.

5.5 PEDAGOGIAS DE RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO DO SUJEITO NEGRO: HOOKS, FANON E PETRONILHA SILVA

bell hooks (1994) afirma que ensinar é um ato de resistência e que práticas pedagógicas engajadas podem transformar a vida de estudantes historicamente marginalizados. Para ela, a sala de aula é espaço político que deve promover a libertação e não a reprodução da opressão.

Frantz Fanon (1961) também contribui ao analisar os mecanismos psicológicos da opressão racial, mostrando como o racismo internalizado afeta subjetividades e impede a

construção de identidades positivas. No contexto escolar, suas reflexões ajudam a compreender os efeitos do racismo no desempenho e na autoestima de crianças e adolescentes negros.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011), uma das principais formuladoras das Diretrizes Curriculares de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), destaca que as escolas devem assumir o compromisso com uma pedagogia antirracista que reposicione o protagonismo negro e revise currículos tradicionalmente eurocentrados.

O conjunto dessas teorias demonstra que a educação antirracista não é um complemento, mas uma exigência histórica e legal. Ela se materializa na articulação entre:

- Políticas públicas (LDB, BNCC e Lei 10.639);
- Concepções pedagógicas críticas (Freire);
- Estudos sobre raça e identidade (Munanga, Carneiro, Gonzalez);
- Políticas institucionais (PPP, ERER);
- Práticas de resistência e libertação (hooks, Fanon);
- Governança educacional (Santana, Souza e Ferreira);

Dessa forma, o referencial teórico sustenta a análise proposta pelo projeto ao evidenciar que políticas de inclusão só são efetivas quando alinhadas ao antirracismo e à valorização da identidade negra.

6 METODOLOGIA

6.1 TIPO DE PESQUISA

Qualitativa, estudo de caso da Escola Estadual Martinho Salles Brasil.

6.2 PROCEDIMENTOS

- **Pesquisa documental:** Coleta e análise de documentos institucionais, Projeto Político-Pedagógico (PPP), regimento, planos de atendimento à diversidade, relatórios, projetos da secretaria escolar, material didático adotado.
- **Entrevistas semiestruturadas:** Com 5/6 participantes, divididos aproximadamente em: 1 gestor(a) (direção/coordenadoria), 2 professores (de

diferentes disciplinas/anos), 2 estudantes (representativos por faixa etária/curso), e, se possível, 1 representante da secretaria ou conselho escolar.

- **Observação:** Visita à escola para observação não participante de práticas cotidianas.
- **Amostra:** Amostragem intencional, buscando participantes que possam fornecer informações ricas sobre as práticas de inclusão.
- **Instrumentos:** Roteiros de entrevista semiestruturada (anexados); formulário de consentimento informado, roteiro para análise documental.
- **Análise dos dados:** Análise de conteúdo temática para identificar categorias emergentes relacionadas a: reconhecimento da dimensão racial nas políticas; práticas pedagógicas inclusivas; barreiras institucionais; percepções sobre resultados.
- **Ética:** Obter autorização da direção da escola; assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos(as) os participantes maiores de idade; para menores, consentimento dos responsáveis e assentimento do(a) menor.

7 INSTRUMENTOS

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Roteiro de entrevista

7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "**Políticas de inclusão escolar com abordagem antirracista: um estudo de caso na Escola Estadual Martinho Salles Brasil**", desenvolvida por Raquel Vaz, estudante da UNILAB.

A participação consiste em uma entrevista semiestruturada de aproximadamente 15/20 minutos e análise de documentos escolares. A participação é voluntária e você pode se retirar a qualquer momento, sem prejuízo. As entrevistas serão gravadas (áudio) apenas com sua autorização, e os dados serão tratados com confidencialidade. Os resultados serão apresentados de forma agregada, sem identificação individual.

Contato da pesquisadora: Raquel Vaz — e-mail: raquelsvs7@gmail.com

Professora/ Orientadora de TCC: Jusciney Carvalho Santana – e-mail: jusciney@unilab.edu.br

Li e concordo com os termos acima.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

7.2 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

7.2.1 Roteiro de entrevista - Gestores

1. Qual é a sua função na escola?
2. A escola possui políticas ou ações de inclusão? Quais você reconhece no cotidiano?
3. A temática racial e outras formas de diversidade (gênero, PCD, vulnerabilidade) aparecem nessas ações?
4. A escola oferece formações sobre inclusão e diversidade? Já houve formação sobre antirracismo?
5. Quais desafios a escola enfrenta para implementar ações de inclusão e combate às desigualdades?
6. Você poderia citar uma ação ou projeto que funcionou bem na inclusão de estudantes?
7. A escola avalia ou monitora as ações inclusivas? Como isso acontece?
8. O que ainda precisa melhorar para fortalecer a inclusão e o enfrentamento ao racismo na escola?

7.2.2 Roteiro de entrevista – Professores

1. Qual disciplina você leciona?
2. Você considera a escola inclusiva? Por quê?
3. A escola oferece recursos ou formações para trabalhar inclusão e diversidade em sala?
4. Quais materiais você usa que ajudam a representar diferentes grupos (negros, PCD, indígenas, diversidade de gênero etc.)?
5. Quais são os principais obstáculos para trabalhar inclusão e temas de diversidade com os estudantes?

6. Pode relatar uma situação em que a escola enfrentou um caso de preconceito ou exclusão? Como foi resolvido?
7. O que você considera fundamental para tornar a escola mais inclusiva e antirracista?

7.2.3 Roteiro de entrevista - Estudantes

1. Qual seu ano?
2. A escola fala sobre inclusão e respeito às diferenças? Você percebe isso em aula?
3. Você já viu atividades ou materiais que representem diferentes grupos (pessoas negras, indígenas, PCD, diversidade de gênero)?
4. Quando acontece algum tipo de preconceito ou exclusão na escola, como os professores e a gestão reagem?
5. O que poderia melhorar para que todos se sintam mais incluídos?
6. Você sente que sua cultura, identidade ou forma de ser é respeitada na escola? Pode dar um exemplo?

7.3 LINKS PARA ACESSO AO ROTEIRO DA ENTREVISTA E AO TERMO DE CONSENTIMENTO

- [ROTEIRO DE ENTREVISTAS](#)
- [TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO](#)

8 CRONOGRAMA

Mês / Período	Etapa / Atividade
Janeiro (última quinzena)	Preparação prévia: revisão da bibliografia, finalização do roteiro de entrevistas e instrumentos, planejamento logístico.
Início de fevereiro (1ª semana)	Jornada pedagógica / início oficial do ano letivo da rede estadual — momento oportuno para solicitar autorização para a pesquisa com a direção da escola.
Fevereiro (2ª–4ª semana)	Envio de ofício / pedido formal à direção para realizar a pesquisa; adaptação do calendário da escola; planejamento de visitas.
Março – Abril	Levantamento bibliográfico aprofundado; leitura crítica dos documentos oficiais (PPP da escola modelo, legislação, referencial teórico).
Maiο	Contato com potenciais participantes: gestores, professores, coordenação, estudantes; agendamento de entrevistas.
Junho	Condução das entrevistas e — se possível observação de sala / ambientes escolares.
Julho	Transcrição das entrevistas; organização de dados brutos; primeiro esboço de análise.
Agosto	Análise de conteúdo/interpretação dos dados; sistematização dos resultados hipotéticos com base na pesquisa.
Setembro	Redação da versão preliminar do TCC: introdução, problema, objetivos, referencial teórico, metodologia, resultados.
Outubro	Revisão crítica do texto completo; inserção de citações, ajustes teóricos, coerência lógica; refinamento da bibliografia.
Novembro	Finalização do trabalho: conclusões, considerações finais, formatação conforme normas da UNILAB, verificação de anexos (roteiro, TCLE etc.).
Início de dezembro	Entrega do TCC — ou submissão para orientação / banca.

9 RESULTADOS ESPERADOS

- Diagnóstico sobre os limites identificados das políticas de inclusão da escola com vistas ao desenvolvimento de uma cultura escolar antirracista.
- Identificação de práticas bem-sucedidas e lacunas operacionais e formativas.
- Recomendações práticas (formação docente, materiais, projetos de sala e gestão) para fortalecimento de ações antirracistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTANA, Jusciney Carvalho. **Para além dos discursos: práticas antirracistas e inclusivas.** Salvador, 2021.

SANTANA, Jusciney Carvalho. **A educação antirracista como princípio norteador do Projeto Político-Pedagógico.** In: DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SILVEIRA, Sérgio Roberto (orgs.). **Etnicidade e direitos humanos: diferentes leituras.** João Pessoa: Editora UFPB, 2023. p. 71–94.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. **Ações afirmativas e educação.** São Paulo: Cortez, 2011.